



## 7. Balbúrdia?

### Sobre anti-intelectualismo e ativismo científico no Brasil contemporâneo

*José Leon Szwako*

*Rafael Souza*

*Never has there been so much lying as in our day.  
Never has lying been so shameless, so systematic, so unceasing.  
A. Koyré, 1945*

#### Introdução

Os ataques à universidade pública, a seus corpos docente e discente, bem como a suas fontes, recursos e institutos de pesquisa têm aumentado exponencialmente no Brasil contemporâneo. Este texto trata desses ataques e os analisa na chave teórica do fenômeno do anti-intelectualismo. Para dar conta dele, nos valem os *insights* de “O Anti-intelectualismo nos Estados Unidos” (HOFSTADTER, 1963). Como o próprio nome diz, esse fenômeno pode ser entendido como um tipo de atitude – hostil, *anti* – frente à vida universitária e ao estilo intelectual de vida nutrido em espaços de formação acadêmica e cultural. Pode se tratar, além disso, de uma rejeição aberta a alguns dos principais traços da vida intelectual (abstração ou raciocínio reflexivo e analítico, por exemplo) e, também, a seus componentes institucionais mais evidentes, quais sejam, organizações de pesquisa universitárias ou extrauniversitárias, bem como associações e autoridades científicas (SHOGAN, 2007).

Para a análise do anti-intelectualismo vigente no Brasil, rastreamos o conjunto das mentiras e ofensas dirigidas à universidade e, mais amplamente, ao ensino público no país disparadas pelo atual presidente Jair Bolsonaro, desde as eleições presidenciais de 2018 até o final de 2020. Com vistas a chegarmos à cronologia dos episódios de confronto anti-intelectualista, compilamos as notícias publicadas em sites de jornais, quando, junto do termo “Bolsonaro”, coocorrem os termos: “ciência”, “educação”, “universidade”, “ataque”, “declarações”, ou “decretos”. Essa estratégia metodológica nos permitiu compilar o máximo possível de notícias de jornal retratando ataques verbais e medidas institucionais contra instituições, procedimentos e práticas científicas em um intervalo de tempo central à ascensão bolsonarista na esfera pública brasileira.





Antes de passamos à reconstrução narrativa dos confrontos anti-intelectualistas, cabem duas ressalvas. Como se sabe, o ano de 2020 marcou todo o mundo com a crise sanitária disparada pela pandemia da COVID-19. No Brasil, essa crise se sobrepôs a crises de raízes diversas (ambiental, socioeconômica e política), trazendo para o primeiro plano a força dos grupos, projetos e discursos negacionistas. Os negacionismos não constituem fenômenos inteiramente novos, sendo a negação do holocausto, bem como o negacionismo climático, velhos conhecidos de parte importante dos países do Norte global. No Brasil de 2020, as relações entre negacionismos e anti-intelectualismo assumiram configurações complexas nas quais ambos os fenômenos podem tanto andar de mãos dadas como separadas; quer dizer, embora as posturas e medidas contrárias a consensos científicos tenham, com a pandemia, se somado a uma trajetória prévia de ataques a autoridades acadêmicas no Brasil, as lógicas de um e de outro podem convergir, reforçando as orientações de interesses e grupos no Estado e na sociedade, ao mesmo tempo em que podem também assumir lógicas autônomas. Para dizê-lo de modo sintético, se negacionismos e anti-intelectualismo andam juntos e se informam reciprocamente, eles não operam – nem sempre e tampouco necessariamente – da mesma forma. Como eles se relacionam, se sobrepõem e se afastam, nós veremos ao longo do capítulo.

A segunda ressalva consiste no outro lado dos confrontos anti-intelectualistas. Se existe uma série de ataques a instituições públicas de pesquisa e ensino no Brasil, e se essa série levou a episódios contenciosos ao redor das ciências, existe também um lado em defesa dessas instituições e ciências. Para dar conta deste outra face do fenômeno, mobilizamos a noção de “ativismo científico” (FRICKEL, 2004) com vistas a iluminar as estratégias e redes pelas quais as e os cientistas têm se organizado e protestado em defesa da universidade pública, da educação e das ciências. Salutar a visões catastróficas, essa leitura da mobilização pública de cientistas se inspira nos estudos sociais das ciências e, como veremos, pode aproximar cada vez mais os debates sobre intelectuais e cientistas *qua* movimentos sociais.

O texto segue esse ritmo. Primeiro, apresentamos algumas elaborações e implicações teóricas advindas dos debates sobre anti-intelectualismo e ativismo científico. Em seguida, passamos à reconstrução narrativa dos episódios nos quais, entre final de 2018 e de 2020, Jair Bolsonaro atacou abertamente autoridades e instituições acadêmicas, via de regra, tendo recebido respostas e protestos à altura do contencioso. Por fim, desenvolvemos algumas das consequências empíricas e analíticas colocadas pelo caso, esperamos, para uma





fértil agenda do anti-intelectualismo no Brasil. No seu todo, nosso texto leva a sério aquelas ameaças um dia dirigidas pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, quando disse: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Nesse episódio de abril de 2019, o ex-Ministro completou dizendo que “balbúrdia” era para ele sinônimo de “sem-terra” e “gente pelada” nos *campi*. Falsamente inofensiva, ideias e mentiras análogas a essa têm sido, junto a expressivas reduções orçamentárias, incansavelmente encampadas pelo atual governo brasileiro. Entender, na chave do anti-intelectualismo e do ativismo acadêmico, os significados desses ataques, seus sentidos e direções, bem como quais foram as respostas a eles, é o objetivo maior deste texto.

### **Anti-intelectualismo e ativismo acadêmico: discussão**

A referência clássica na seara de debate aqui proposta é “Anti-intellectualism in American Life” (HOFSTADTER, 1963). Nessa obra, escrita no rescaldo do macarthismo, Hofstadter delinea os eixos históricos persistentemente encontrados nas atitudes e grupos anti-intelectuais estadunidenses. Tais eixos são, para ele, o antirracionalismo, o instrumentalismo e o antielitismo (RIGNEY, 1991). Menos que oferecer uma conceituação definitiva do fenômeno, Hofstadter enfatiza a justaposição desses eixos. Se as tendências antirracionalistas estão mais relacionadas a grupo religiosos do final do XIX, o instrumentalismo vai marcar as maiores universidades estadunidenses ao longo do século XX. Por instrumentalista, ele denota a tendência a querer resultados imediatos na produção acadêmica e científica, desvalorizando práticas e âmbitos do saber reflexivos e menos imediatos ou com efeitos menos claros, supostamente distantes de uma aplicação prática. O terceiro eixo é o antielitismo, não raro, veiculado pela retórica anti-intelectualista das lideranças políticas, religiosas ou político-religiosas que se pretendem “pessoas comuns” em oposição a uma suposta “elite arrogante”.

No debate estadunidense, outro autor que inspira nossa leitura do anti-intelectualismo é R. Merton (2013). Sob o risco de soarmos reducionistas, podemos dizer que a sociologia mertoniana da ciência esteve, ao menos inicialmente, interessada no *ethos* da ciência – entendendo-se respectivamente esse *ethos* como um complexo de adesão a valores compartilhados e essa ciência *qua* instituição social. Tal compreensão da obra mertoniana importa, em especial, por ser justamente nas formas de interdependência (tensões, aproximações e afastamentos) entre ciência e outras esferas (ou seja, entre essa instituição e





outras) que vai recair a ênfase de seus textos que tratam do anti-intelectualismo. É nessa chave, portanto, que observa e critica os modos pelos quais “o anti-intelectualismo questiona o valor e a integridade da ciência” (MERTON, 2013, p. 178). Remetendo aos choques entre instituições políticas e científicas, e projetando sua crítica para o cenário da Alemanha nazista, enxerga o então crescente repúdio à ciência como efeito do nacionalismo e da politização da ciência. Analogamente a Hofstadter, embora antes dele, Merton identifica no anti-intelectualismo uma “atitude antiteórica” que reverencia resultados imediatos e utilitários (*ibid.*, p.162). E, de modo interessante, nota ainda como o clima anticiência não está, à sua época, descolado da disposição ambivalente com que os e as cientistas agem no mundo. Para ele, tanto o apreço pela ininteligibilidade de objetos e textos científicos, como a defesa do saber pelo saber (i.e., da construção do conhecimento como um fim em si mesmo) podem ambos, como efeito não planejado, fomentar o rechaço à ciência e aos cientistas.

Assim como a ideia epigrafada de Koyré, as análises de Hofstadter e Merton nos permitem extrair um primeiro parâmetro de análise: o anti-intelectualismo não é fenômeno recente, não responde apenas a questões conjunturais nem nacionais; é, antes e ao contrário, aqui como alhures, fenômeno que segue os ditames históricos e políticos mais amplos. Nesse sentido, ao longo do século XX, a filosofia e a sociologia das ciências testemunharam inúmeras críticas aos irracionalismos e contramovimentos científicos, bem como defesas da dignidade acadêmica e da autonomia universitária<sup>1</sup>.

Essa nuance importa, a nosso ver, na medida em que nos permite um relativo distanciamento com relação aos ataques *hoje* dirigidos à universidade. Do ponto de vista regional, por exemplo, a universidade brasileira não está sozinha nas ameaças à sua autonomia<sup>2</sup>. Já do ponto de vista cronológico recente, não é a primeira vez no período pós-transição que universidade e pesquisa são, no Brasil, achincalhadas por um presidente. Em fins de 1998, FHC chegou a taxar os docentes aposentados de vagabundos, em nome de uma reforma mais ampla (não universitária<sup>3</sup>, mas previdenciária) por ele pretendida e feita. Embora não seja acurado chamar essa postura Tucana de anti-intelectualista,

1 Sobre contramovimentos científicos, ver Nowotny (1979); sobre a dignidade docente, ver Weber (1973); para uma defesa da autonomia universitária, ver Merton (2013).

2 Ver “El pensamiento bajo amenaza. Situación de la libertad académica y la autonomía universitaria en Venezuela” (BOLIVAR, 2017).

3 Em seus dois mandatos, FHC pretendeu, mas, de fato, não fez uma reforma universitária no setor público do ensino superior brasileiro, de modo a fazê-lo no regime do setor privado; ver Aguiar (2013).





essa breve sugestão nos permite pensar a mutabilidade histórica dos ataques antiuniversitários e, simultaneamente, as reformas e projetos maiores, de cunho neoliberalizante ou outro, dentro dos quais tais ataques ganham sentido.

No debate estadunidense, a noção de anti-intelectualismo tem inspirado pesquisas dedicadas ao estabelecimento de variáveis correlacionadas à hostilidade frente a intelectuais por partes do eleitorado, em especial, republicano (cf. MOTTA, 2017), bem como a respeito do anti-intelectualismo de diferentes presidentes (SHOGAN, 2007; LIM, 2008). Na crítica frankfurtiana, o anti-intelectualismo é parte constitutiva da personalidade autoritária em sua oposição a raciocínios imaginativos utópicos (ADORNO, 2019, p. 173ss; p. 419). Em sua versão contemporânea, a crítica a projetos e políticos fascistas que, na abordagem de J. Stanley (2018), vão dos EUA e Rússia e passam por Hungria e Polônia, destaca os ataques a marxismos e marxistas (reais ou imaginários) nos currículos e sistemas de educação às universidades (taxadas de “elitistas” e “hipócritas”) e, sobremaneira, a seus departamentos de *gender studies*.

No Brasil, as leituras do anti-intelectualismo parecem herdar essa veia crítica, muito embora tal debate não tenha se dado ainda de forma sistemática, fazendo parte, antes, das tomadas de posição contra governos instituídos desde 2016. Alguns autores definem o fenômeno como um “um ódio que se dirige atualmente à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento” (TIBURI & CASARA, 2016). Conquanto instigante, essa abordagem obscurece o que seria específico a tal sentimento, nele incluindo um conjunto demasiado díspar de situações sob o mesmo rótulo anti-intelectual. Tal ódio é notado na atuação legislativa de Alexandre Frota (PSDB), assim como nos índices de abstenção eleitoral e no que chamam de messianismos, de modo que todos esses eventos convergem adornianamente para a conclusão: “a barbárie está em curso” (TIBURI & CASARA, 2016). Outros autores enfatizam a aproximação entre neoliberalismo e anti-intelectualismo (ACSERALD, 2018). Igualmente instigante, este autor ressoa Hofstadter ao criticar a desconfiança “[anti]universidade pública por ser este um espaço por excelência [...] onde se abriga a produção de conhecimento” e contra as “pessoas que se interrogam sobre o saber estabelecido e combatem os preconceitos”. Segundo Acserald, o “casamento” entre razão neoliberal e anti-intelectualismo leva ao “abandono da vida política” e a “medidas favoráveis aos negócios privados e indiferentes à pobreza, ao desenraizamento social, à discriminação racial e à destruição do meio ambiente”. Em que medida essas definições, suas ilações e ênfases encontram eco tanto nos dados sobre o anti-intelectualismo presidencial, como nas respostas a ele, é questão a ser adiante verificada.





Importante notar que, similarmente ao negacionismo climático, que se vale de recursos humanos e argumentativos advindos da pesquisa e da universidade (ORESQUES & CONWAY, 2010), o anti-intelectualismo também não prescinde de repertório intelectual institucionalizado, seja na universidade ou em associações. Se é verdade que o maior e mais reacionário intelectual do atual governo é externo à formação acadêmica, como o é Olavo de Carvalho<sup>4</sup>, não é verdade que nossos corpos docentes estão única nem univocamente orientados para uma aceção difusa e ampla de progressismo<sup>5</sup> nem sequer desligados das bases de apoio ao presidente. Disso dá provas, por exemplo, o movimento “Docentes pela Liberdade”, em suas conexões com grupos mobilizados pelo movimento “Escola sem partido” por todo o país. Mais ainda: em plena pandemia, um conjunto nada desprezível de médicos, professores e pesquisadores de medicina têm saído em defesa do Presidente e do pseudo-tratamento precoce – conjunto negacionista superado apenas pela proeza do Conselho Federal de Medicina que chegou a atacar os “não médicos, que se autodenominam cientistas”<sup>6</sup>.

Tais ataques, no entanto, não se resumem àquilo que o atual presidente e seu governo projetam sobre intelectuais e cientistas; quer dizer, seus ataques e ofensas não ficam sem resposta vinda de frações da sociedade civil organizadas, seja em universidades, sindicatos ou institutos de pesquisa. Assim, os confrontos anti-intelectualistas são sempre dotados de, no mínimo, duas partes contenciosas: aquela que ataca as ciências e aquela que sai em sua defesa. Para dar conta desta última, acionamos a noção de “ativismo científico” (FRICKEL, 2004). Falar desse tipo de ativismo é, para sermos concisos, falar do protagonismo acadêmico, i.e., das redes e recursos mobilizados por cientistas e instituições produtoras de conhecimento orientados por e para uma causa

---

4 E, nas raízes intelectuais da imaginação bolsonarista, é a reflexão de Olavo de Carvalho que vai nos fazer entender de onde vem a associação entre universidades públicas e balbúrdia. “Se examinarmos a história do período ditatorial, veremos [...] no microcosmo da classe letrada, o nascimento de todas as tendências morbosas, destrutivas e cínicas que depois viriam a contaminar a sociedade inteira, produzindo o quadro descrito pelo prof. [Gilberto] Velho. É entre os intelectuais que nasce, da depressão e do isolamento, o apelo às drogas: antes de tornar-se um comércio florescente, o vício da maconha, do LSD, da cocaína, foi uma teoria, uma ideologia, defendida por professores do alto das cátedras como um ‘caminho de libertação’. A droga logo tornou-se moda entre estudantes, atores, jornalistas” (CARVALHO, 1999, p. 100).

5 *Au contraire*, os títulos falam por si: “A corrupção da inteligência. Intelectuais e poder no Brasil” (GORDON, 2017); “Por que virei à direita. Três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo” (COUTINHO, PONDÉ & ROSENFELD, 2013).

6 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/01/o-conselho-federal-de-medicina-e-a-covid-19.shtml>>.





pública. Inspirados nos chamados estudos sociais da ciência e abrindo franco diálogo com eles, trata-se de observar algumas das respostas e estratégias públicas de atuação acadêmica face ao anti-intelectualismo. À diferença de outros conflitos classicamente abordados pelos estudos de movimentos, tanto a pergunta pelos investimentos contrauniversitários como a atenção dada à eventual mobilização das e dos docentes se centram, ambas, nos conflitos ao redor da ciência (e, por extensão, ao redor da educação e da universidade), dos seus significados e alcances, seus usos e atores.

De um ponto de vista mais amplo, a aproximação entre movimentos sociais, ciências e políticas públicas foi objeto de interesse da literatura internacional, pelo menos, desde os anos 1990. Exemplo acurado dessa aproximação pode ser vista na noção de “*experts* leigos” (EPSTEIN, 1996), ao tratar do papel de militantes LGBT no combate à AIDS, bem como das tensões e complementaridades entre saberes, leigos e científicos, ao redor dos diagnósticos em questão (COLLINS & PINCH, 2007). Na literatura brasileira sobre movimentos sociais, pouca atenção sistemática tem sido dada às relações deles com as ciências, sendo que, como exceção, a noção de “teóricos coletivos” foi proposta para pensar a fabricação de conhecimentos por parte de movimentos e seus contra-movimentos (PERISSINOTTO & SZWAKO, 2017).

Neste texto, nosso interesse específico se volta para as formas acadêmicas de mobilização pública. Seguimos noções como “ativismo científico” ou “movimento de *experts*” (FRICKEL 2004; WOODHOUSE & BREYMAN, 2005), que iluminam as coalizões entre acadêmicos, movimentos e Estado. No entanto, enquanto Frickel, ao falar de “ativismo científico”, remonta à ecologia organizacional de subáreas disciplinares, incluindo aí associações e redes formais de pesquisa, visamos algo mais modesto: perguntamos pelas redes e recursos político-cognitivos angariados por cientistas naqueles conflitos ao redor da universidade pública, da educação e das ciências, disparados à raiz da orientação anti-intelectualista do atual líder do Poder Executivo.

É desse tipo de conflito que trata nosso texto, dos conflitos orientados contra a pesquisa e as ciências, contra corpos docentes e discentes. Abordamos aqui não só os ataques que insistem em enquadrar a universidade pública brasileira como “balbúrdia”, mas também as ações e coalizões articuladas em nome das ciências no país. No próximo tópico, traçamos uma reconstrução narrativa dos episódios de confronto disparados pelo atual Presidente em oposição à universidade e à educação. O arco cronológico dos episódios compreendidos vai das eleições de 2018 até o final de 2020; portanto, já no contexto de crise pandêmica. Cumpre notar, desde já, que o fenômeno do anti-intelectualismo





não se resume aos ataques e ofensas hoje dirigidos por discursos bolsonaristas a instituições científicas e a intelectuais: ao contrário, tende a ser um fenômeno mais espalhado pela sociedade como um todo, de modo que nosso recorte aqui lança luz sobre esse projeto articulado, especificamente, desde o reacionarismo bolsonarista. Por fim, na conclusão, destacamos algumas das principais lógicas pelas quais operam esses ataques e esboçamos os traços de uma agenda sobre o anti-intelectualismo e ativismo científico no país. Boa leitura e boa sorte.

### **Confrontos anti-intelectualistas: negacionismos e instrumentalismo bolsonarista**

“E me coloco diante de toda a nação”, declarou Bolsonaro em sua posse no 1º janeiro de 2019, “como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” – é nesse enquadramento, no qual convergem anticomunismo, moralismo e antiestatismo, que os atuais investimentos contra a universidade e a educação públicas no Brasil devem ser entendidos. Eles certamente não começaram em 2019, mas, para os fins de nossa análise, vamos retroceder só até as eleições de 2018. Em paralelo às perseguições então lideradas por outras autoridades contra estudantes e centros acadêmicos, Bolsonaro abriu uma agenda propriamente antiuniversitária em sua campanha.

Entre o primeiro e o segundo turnos daquelas eleições, as manchetes nas capas e páginas dos jornais variaram entre “Bolsonaro quer” e a “equipe de Bolsonaro quer” implementar “mensalidade em universidades federais”<sup>7</sup>. Essa notícia é interessante porque sintomaticamente ela encarna aquilo que depois viria a ser um padrão característico e insidioso das formas de exposição do atual governo: tudo se passa como se o fato veiculado não devesse ter sido noticiado. De modo análogo à reunião ministerial gravada e alegadamente vazada em maio de 2020<sup>8</sup>, a notícia de uma futura taxa universitária foi difundida como se ela não devesse vir à tona. “Embora tenha aceitação maciça no grupo [da campanha de Bolsonaro], a recomendação é falar pouco sobre o plano. O receio é de que a divulgação provoque polêmica e atrapalhe o desempenho eleitoral do candidato”.

7 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/equipe-de-bolsonaro-quer-mensalidade-em-universidades-federais/>>.

8 Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml>>.







Pelo oposto: tratava-se precisamente de polemizar. A temporalidade exata do anúncio e o seu conteúdo não tratam de algo a ser encoberto: essa notícia veio a lume menos de uma semana antes da volta às urnas contra F. Haddad do PT. Longe de ser uma incapacidade na manipulação da informação, essa parece ser uma tática que consiste em mandar sinais para seu eleitorado, ou parte dele, na reta final de campanha. Nesse sentido, os “integrantes da equipe” acenam dizendo que “grande parte das vagas das universidades federais é ocupada por alunos que cursaram escolas particulares”. Quer dizer, discentes de nossas universidades (Todos? De todos cursos e faculdades?) formariam um conjunto privilegiado – uma elite, quiçá –, e uma cobrança compulsória corrigiria tal situação. Nesse mesmo sentido, a medida visaria supostamente “reforçar o ensino básico” com o montante economizado. E, crenes na vitória bolsonarista, os integrantes de sua equipe “dão como certa a implementação da medida”. Apesar das poucas e pontuais respostas de alguns reitores e de sindicatos como a Andifes, tratou-se de uma tática eleitoral simbólica e relativamente eficaz do então candidato, dados os custos e efeitos negativos praticamente nulos dessa aposta: ao mesmo tempo em que sinalizava para suas bases, dando o tom de sua agenda para a universidade e animando um espírito anti-intelectualista na sociedade, Bolsonaro corria pouco ou nenhum risco ao afirmar algo não oficializado em sua campanha.

O clima esquentou para os professores já no dia seguinte à vitória de Bolsonaro. “Na semana do dia 29 de outubro [de 2018], muitos professores doutrinadores estarão inconformados e revoltados [...] Denuncie!” – anunciava nas redes sociais a recém-eleita deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, pelo partido do Presidente, o PSL, à época. Formada em História, a deputada se dizia “perseguida” em sua universidade por se declarar “antifeminista”, além de ser ativista do Escola sem Partido (ESP). Em entrevista, afirmou que as “pessoas estão, em todo o Brasil, desesperadas para achar um canal para se defender disso”, isto é, se defender da suposta doutrinação partidário-ideológica. Com efeito, Campagnolo repetia um gesto feito por Bolsonaro anos antes, também incentivando um clima de assédio e tensão entre alunos e professores no Espírito Santo.

Em oposição a Campagnolo, as e os docentes mobilizados se valeram de seus clássicos representantes corporativos e de aliados institucionais do Executivo estadual e do sistema de justiça. Após uma reunião com a Secretaria Estadual de Educação, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa

---

9 Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/deputada-eleita-psl-pede-que-144400742.html>>.





Catarina (Sinte) decidiu abrir uma representação junto ao Ministério Público daquele estado. Enquanto o Sinte falava em “falta de respeito”, a Secretaria de Educação defendia que a “a Constituição assegura o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas no ensino”<sup>10</sup>. As fontes de solidariedade e de defesa da educação, no entanto, não pararam nas instituições e se alastraram pelas plataformas *online*. Um abaixo-assinado virtual, com cerca de 100 mil assinaturas<sup>11</sup>, convocava “você, professor, estudante, pais que se prezam por uma Educação livre e democrática [que] compartilhe e nos ajude a *denunciar a tentativa de cerceamento que os professores já estão sofrendo*”<sup>12</sup> (grifo no original).

A extensão do conflito disparado pelas tentativas de oficializar medidas ligadas ao ESP extrapolou o nível estadual. Alguns políticos viram na atuação da deputada catarinense uma oportunidade. Foi o caso, por exemplo, de Flavio Dino (PCdoB), governador do Maranhão, que lançou decreto assegurando a liberdade de expressão de docentes nas escolas do estado<sup>13</sup>. Igualmente, o governo de Minas Gerais também lançou uma resolução com mesmo tom<sup>14</sup>. Na contramão dessa tendência, segundo alguns de seus militantes, o ESP já era, no final de 2018, “um programa em movimento nos colégios do país”<sup>15</sup>; assim como, para alguns especialistas em educação críticos do movimento, “a percepção de que o projeto está valendo teria se espalhado entre os pais”, sendo mesmo “rotina”<sup>16</sup>. De lá pra cá, depois de quase dois anos de conflitos ao redor de tentativas estaduais e, sobretudo, municipais de institucionalização de medidas afins àquelas da deputada de Santa Catarina, e como reação ao assim chamado Escola Livre alagoano, o STF deliberou, em agosto de 2020, que são inconstitucionais as leis similares ao ESP ou nele inspiradas<sup>17</sup>.

10 Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/29/sindicato-vai-ao-mp-contra-deputada-que-orientou-gravar-professores.ghtml>>.

11 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/deputada-eleita-por-partido-de-bolsonaro-cria-polemica-ao-pedir-que-estudantes-denunciem-professores-23195716>>.

12 Disponível em: <[secure.avaaz.org/community\\_petitions/po/Professores\\_estudantes\\_e\\_comunidade\\_escolar\\_em\\_geral\\_Impugnacao\\_Ana\\_Caroline\\_Campagnolo/?zQqQzcb](https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Professores_estudantes_e_comunidade_escolar_em_geral_Impugnacao_Ana_Caroline_Campagnolo/?zQqQzcb)>.

13 Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/11/12/flavio-dino-edita-decreto-sobre-liberdade-de-expressao-em-escolas-do-maranhao.ghtml>>.

14 Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/12/18/governo-de-mg-publica-resolucao-que-garante-liberdade-de-expressao-em-escolas-estaduais.ghtml>>.

15 Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/05/mesmo-sem-lei-escola-sem-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.ghtml>>.

16 *Idem*.

17 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf>>.





Aqui, nos importa menos saber se essa decisão do STF selou ou fortaleceu a mobilização do ESP, e mais notar que seu principal mote – a tal “doutrinação ideológica” – se articula a lógicas do anti-intelectualismo governamental. Por um lado, os ataques anticomunistas e antigênero se orientam no sentido de instaurar um pânico que leva seus defensores a lutar “em nome de seus filhos” (RESENDE & FARIA, 2020), i.e., em nome de uma educação antipluralista e não baseada em discussões e evidências científicas. Por outro, tais esforços estão conectados a outros investimentos de cunho moral no âmbito dos programas para o campo educacional. Nesse sentido, a militarização das escolas e do ensino aparece, desde sempre, como alternativa nos projetos e discursos bolsonaristas. A uma semana do primeiro turno, um jornal ultraconservador sintetizava “6 pontos para entender o que Bolsonaro faria como presidente”<sup>18</sup>. Na educação, afirmam, “o discurso de Bolsonaro é centrado na criação de mais colégios militares”; e “já se declarou favorável ao projeto Escola Sem Partido, que visa restringir conteúdos em sala de aula, bem como banir o debate sobre [a suposta] ideologia de gênero”. Sua campanha eleitoral justapunha assim ideologias e moralidades, ao prometer “resgatar” elementos como o hino e a disciplina de educação moral e cívica<sup>19</sup>, além de “intervir na formação dos professores” e de “reduzir a relevância”, real ou imaginária, de Gramsci e Freire. Antes e depois da posse, o primeiro e breve Ministro da Educação, Ricardo Vélez, fez questão de reiterar sua afinidade com a execução escolar dos hinos e o crescimento dos colégios militares e, ainda, com a agenda antigênero e anticomunista do ESP (RESENDE & FARIA, 2020).

Relativamente aos conflitos anti-intelectuais, 2019 foi igualmente intenso. Quase quatro meses após a posse, saía Ricardo Vélez para entrar Abraham Weintraub, que trouxe consigo uma enxurrada de inverdades e ofensas às universidades públicas. De certo modo, a acusação de “balbúrdia” foi apenas a cereja do bolo de uma série de ataques e verborragia ininterrupta até sua saída na metade de 2020. Entre abril e junho de 2019, era como se houvesse uma competição entre ele e o Presidente pela representação mais baixa dirigida à educação brasileira em todos seus níveis.

---

-tem-maioria-contra-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>.

18 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/6-pontos-para-entender-o-que-bolsonaro-faria-como-presidente-4dlkzj17ffo74j2xar1zk3q1>>.

19 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/bolsonaro-quer-resgatar-educacao-moral-e-civica-no-curriculo-das-escolas-b4w9vbdgd9pm4pjppm2ho9o7z/>>.





Enquanto o Ministro nos acusava de “balbúrdia”, o Presidente sugeriu nada menos que uma “Lava-Jato da Educação”<sup>20</sup>. Segundo ele, haveria “algo de muito errado acontecendo” na educação, que é supostamente “usada para manutenção de algo que não interessa ao Brasil”<sup>21</sup>. Esse é o estilo paranoico em ação, brilhantemente analisado por Hofstadter (1996), tão mobilizado por discursos conspiracionistas. Mas, seguindo a paranoia, quem estaria tramando algo “contra o Brasil”? A resposta é sempre a mesma e já estava dada: o Partido dos Trabalhadores que, alega, “usou as universidades como uma fábrica de militantes”<sup>22</sup>. Parece, mais uma vez, questão moral ou ideológica; no entanto, àquela altura, o caráter bifronte da empreitada anti-intelectualista de Bolsonaro começava a delinear sua face pública. Não se tratava apenas de moralismo ou antiesquerdismo: tratava-se, simultaneamente, de levantar justificativas para retirar verbas e recursos das universidades.

Por um lado, na sua face mais ideológica, o Presidente seguia com ataques ressoando o Escola sem Partido. Pelo *Twitter* ele sugeriu, na linha do instrumentalismo avesso a saberes reflexivos e menos imediatos, que queria “reduzir verbas para cursos de filosofia e sociologia”; para ele, os jovens deveriam aprender “leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”<sup>23</sup>. Esta hipótese do anti-intelectualismo bifronte descortina, por outro lado, uma face dos interesses materiais implicados nas mais diferentes agendas bolsonaristas<sup>24</sup>. Com relação a universidades e escolas, Bolsonaro chegou a

20 Posição que despertou vivamente a imaginação persecutória da audiência e da imprensa anti-intelectuais. “Anúncio da ‘Lava Jato da Educação’ – diz a chamada de um jornal de extrema-direita – “dá mais munição para a ‘CPI da UNE’”. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/anuncio-da-lava-jato-da-educacao-da-mais-municao-para-a-cpi-da-une-1pd6mbxjffa9ar8c3wu0r5nnr/>>.

21 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/bolsonaro-ve-algo-de-muito-errado-acontecendo-e-anuncia-lava-jato-da-educacao-2dub2ks6gtoqfcy2ivzfp52pz/>>.

22 Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-12-03/o-pt-usou-as-universidades-como-uma-fabrica-de-militantes-diz-bolsonaro.html>>.

23 Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713997156425729>>.

24 Essa natureza bifronte do anti-intelectualismo pode ser investigada, por exemplo, na agenda da militarização das escolas. No modelo militar de escola, “o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento” (Ricci, 2019, p. 109). Há aí, portanto, um modelo moral de estudante e de sociedade. Fica, porém, sugerida a questão ligada àquela segunda face: quem, afinal, ganha com a ampliação desse modelo? Pista para responder essa questão está nas interações e atores que levaram à criação da “Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-militares”, de modo a conformar um encaixe para seus interesses morais e materiais no âmbito do MEC.





dizer que “Brasil gasta demais com educação”. Essa é a *headline*<sup>25</sup> que, às avessas, sintetiza o desinvestimento do atual governo na área educacional. Logo desmentidas<sup>26</sup>, suas inverdades lançadas a público tinham como fim justificar as restrições orçamentárias de 30%, colocando em xeque também milhares de bolsas de pesquisa e de pós-graduação.

A tensão assim instalada nas universidades não deixou a reação acadêmica imobilizada. Em vários estados, docentes e estudantes protestaram; no fim de março, foi realizada uma campanha de “48h pela educação pública”; e, enquanto as algumas universidades ameaçavam fazer greve<sup>27</sup>, “[a] reação do setor de educação e da sociedade em geral foi contundente [...]: no dia 15 de maio, milhões de pessoas tomaram as ruas do país em todos os estados e regiões” (CARLOTTO, 2019, p. 131). Chegando a institutos de ensino com financiamento federal não necessariamente de ensino superior<sup>28</sup>, o corte na Educação foi também combatido e criticado por aliados de outrora – ex-ministros publicaram um manifesto contra o contingenciamento<sup>29</sup>. Além de vários reitores posicionados nas mídias<sup>30</sup>, nota-se que a rede em defesa do orçamento das universidades passou igualmente por partidos aliados e litigância judicial<sup>31</sup>.

Com efeito, aquele arsenal de ataques foi o prelúdio de uma proposta de projeto de lei que visava instituir “o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se”. Apresentada em julho de 2019 às Instituições Federais de Ensino Superior, a proposta visava “o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira” das IFES. O Future-se, em sua primeira versão, se organizava em três eixos: “i) gestão, governança

25 Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-brasil-gasta-demais-com-educacao/>>.

26 Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br//2019/03/04/ao-contrario-do-que-bolsonaro-afirma-brasil-e-um-dos-que-menos-investe-em-educacao/>>.

27 Ver, entre outros: <<https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2019/05/15/estudantes-e-professores-do-vale-do-aco-fazem-manifestacao-contrabloqueio-de-recursos-na-educacao.ghtml>>; <<https://www.brasilefato.com.br//2019/10/03/ufrgs-na-rua-estudantes-e-professores-vao-as-ruas-conversar-com-a-populacao/>>; <<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/protesto-corte-verbas-federais-curitiba-8-maio-2019/>>; <<https://www.brasilefato.com.br//2019/10/02/entidades-convocam-48h-de-mobilizacao-em-defesa-da-educacao-publica/>>.

28 Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br//2019/05/04/na-esteira-dos-cortes-do-mec-ufjr-colegio-pedro-ii-e-ifrj-tem-orcamento-reduzido/>>.

29 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ex-ministros-da-educacao-assinam-carta-contrafeito-fatal-do-contingenciamento/>>.

30 Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/cortes-do-mec-nas-universidades-federais-podem-ferir-a-legislacao/>>.

31 Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/392209>>.





e empreendedorismo; *ii*) pesquisa e inovação; e *iii*) internacionalização”. Enquanto estes dois últimos eixos já são normativas da política educacional para nosso ensino superior, o primeiro carrega traço anti-intelectual típico, especialmente sua dimensão instrumentalista. Ao focar em “empreendedorismo”, o Future-se olha de modo mercadológico para a universidade, relegando um papel menor à pesquisa básica, que não interessa ao mercado, mas sem a qual a pesquisa aplicada tampouco se efetiva (MATHEUS, 2019). Mais amplamente, deixando-se de lado suas inconsistências jurídicas, o Future-se vendia gato por lebre, alegando conceder “liberdade financeira”, enquanto na verdade minava a responsabilidade do Estado brasileiro de garantir o orçamento das IFES. Tal desresponsabilização vinha por meio de figuras estranhas como a do “fundo de autonomia”, numa visão análoga e ilusória do que seriam os fundos no sistema estadunidense<sup>32</sup>, e, ainda, da figura das “organizações sociais” (OS) que, desregulamentadas, em nada se assemelhavam às funções desempenhadas pelas OSs, por exemplo, nas políticas de saúde (cf. STUCHI, 2019).

Do ponto de vista que aqui nos toca, isto é, de uma sociologia política dos conflitos anti-intelectuais, poderíamos dizer que esse leque de dossiês, encontros e livros constitui parte fundamental dos recursos político-cognitivos disponíveis ao *homo academicus*. Por meio de sua crítica, as e os docentes mobilizam categorias pelas quais denunciam versões antagônicas de “autonomia”, ao redor das quais digladiam governo *versus* universidades. Visto no processo político mais amplo, o Future-se quase não teve desdobramentos, sendo considerado uma derrota do governo, embora esteja inscrito numa agenda mais longa e neoliberal de privatização da universidade (cf. CARLOTTO, 2019). Vencido nessa empreitada, Bolsonaro reorientou sua estratégia de confronto e passou, desde fins de 2019, a formas mais diretas de intervenção; por exemplo, à escolha de reitores das IFES alinhados politicamente com o governo, à revelia da comunidade acadêmica. A escolha desses reitores remete a um ataque direto à autonomia universitária e uma reafirmação do suposto caráter instrumentalista da ciência. Para Bolsonaro, a escolha dos reitores deve estar submetida às necessidades mais imediatas e às aplicações “práticas” e “técnicas” da ciência, e não a supostos partidarismos por parte dos candidatos a reitor; isso, por sua vez, nos leva às trevas de 2020, quando sobre nós recaíram tanto a crise pandêmica como os fatais efeitos do negacionismo bolsonarista.

A crise disparada pela COVID-19 elevou a níveis dramáticos a tensão entre o governo – especialmente, mas não exclusivamente na pessoa do

---

32 Sobre essa ilusão, ver “Excelência acadêmica requer custeio público” (NEGRI, KNOBEL & CRUZ, 2018).





Presidente – e as instituições científicas, para além mesmo das universidades. A despeito da hesitação inicialmente mostrada em março, logo no começo da pandemia, as falas de Bolsonaro passaram a minimizar a seriedade da doença. Seu acervo de declarações negacionistas é vasto. Segundo a agência Aos Fatos, em março de 2021 Bolsonaro já acumulava mais 1.100 declarações falsas<sup>33</sup>. Em tensão aberta com o então Ministro da Saúde, Mandetta, e em oposição a evidências científicas, Bolsonaro deixava a saúde pública em segundo plano, apostando em “movimentar a economia senão a catástrofe virá de verdade”<sup>34</sup>.

Contra isso, os esforços da sociedade civil e da comunidade científica, no sentido de mitigar os danos pandêmicos, representavam uma pedra no sapato do governo. O contexto pandêmico deu ensejo para que Bolsonaro, suas bases e seus aliados aumentassem o tom dos ataques às instituições científicas e universitárias. Se, como vimos, em 2018 e 2019 as universidades públicas tinham sido detratadas como um alegado berço de depravação moral, durante a pandemia elas foram encaradas como um covil de “alarmistas”, “histéricos”, “profetas da catástrofe”, cheias de supostos “sabotadores” de um projeto nacional centrado nos avanços não conhecidos do governo Bolsonaro.

No plano político, o aumento no número de casos e óbitos colou o conflito no desenho federativo brasileiro, tendo sido prontamente mediado pelo STF: contra o Presidente, prefeitos e governadores, sobretudo do Nordeste, orientados por *experts* e instituições de produção de conhecimento, passaram progressivamente a promover medidas de restrição de circulação. No plano da sociedade, esse mesmo conflito opôs correntes na opinião pública: a despeito da ampla divulgação da importância do distanciamento social, uma nada desprezível base de empresários, *youtubers* e grupos bolsonaristas passou a militar em oposição a supostos interesses da mídia e da comunidade científica. Formavam-se assim, durante a pandemia, dois campos ao redor da legitimidade das estratégias de enfrentamento da crise: de um lado, desafiantes do governo (movimentos e associações populares; setores da imprensa, comunidade científica, partidos de oposição, sindicatos e profissionais da saúde etc.) denunciavam o negacionismo governamental e sua afronta às medidas de isolamento em prol da retomada econômica; de outro lado, reunidos em seu conspiracionismo anticomunista, aliados e apoiadores bolsonaristas (manifestantes, influenciadores conservadores, grupos religiosos, empresários, pequenos

33 Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>>.

34 Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/20/economia-nao-pode-parar-por-cao-do-coronavirus-diz-bolsonaro>>.





comerciantes, trabalhadores precarizados etc.) viam no isolamento social uma alegada estratégia da China para minar as reformas liberais-conservadoras de Bolsonaro. Em outros termos, a pandemia radicalizou o ataque às instituições científicas com base na ideia de que elas sabotavam as boas intenções do Governo. Nessa esteira, o negacionismo referente às medidas de restrição e a defesa renitente do tratamento precoce, desrespeitando consensos científicos na área, andaram de mãos dadas com o antielitismo, faceta fundamental do anti-intelectualismo de matiz bolsonarista. Para o campo pró-bolsonarista, as medidas de restrição seriam reflexo de uma mentalidade “elitista” indiferente ao “povo” e à sua necessidade de trabalhar e prover sustento às suas famílias.

O debate sobre medidas de restrição e isolamento logo se tornou uma pseudocontrovérsia, pela imprensa sintetizada na oposição entre *cloroquiners* e *quarenteners*<sup>35</sup>. Enquanto a maior parte dos avanços conquistados em pesquisas e validados pela OMS desmentia o uso da hidroxicloroquina como tratamento adequado para os casos de COVID-19, a claque bolsonarista espalhada em grupos de *WhatsApp* e em carreatas e motociatas Brasil afora seguia difundindo e defendendo *fake news*, amparada pelo sem-fim de declarações negacionistas do Presidente. Essa estratégia de fabricar uma falsa controvérsia onde há (se não consensos) tendências rumo a um consenso – tal estratégia é velha conhecida nos estudos dos negacionismos (*cf.* ORESKES & CONWAY, 2010). Tal como exemplo de antirracionalismo, apontado por Hofstadter, trata-se de subestimar uma realidade tornada visível por métodos científicos e atacar cientistas, chamando-os de “comunistas”, “esquerdistas” ou coisas afins. Bolsonaro, no entanto, não se satisfaz em promover uma política negacionista: insuflou seus apoiadores, questionando a necessidade do isolamento e visando manter suas bases mobilizadas. Não foi tão mal nessa tarefa, pois diversos grupos não só saíram em carreata por várias cidades como também chegaram a invadir hospitais e a fazer buzinações em frente de unidades de tratamento de doentes com COVID-19<sup>36</sup>.

35 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/guerra-entre-cloroquiners-e-quarenteners-reinventada-polarizacao-na-pandemia.shtml>>.

36 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/11/bolsonaristas-fazem-carreata-contradoria-globo-e-china-nas-ruas-de-sp.htm>; <https://catracalivre.com.br/cidadania/manifestantes-pro-bolsonaro-fazem-buzinaco-em-frente-a-hospital-em-sp/>>; <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,deputados-invadem-hospital-de-campanha-do-anhemi-e-provocam-tumulto,70003325797>>.







## As resistências ao anti-intelectualismo: o ativismo científico

O retrato, embora lastimável, não é de completa desesperança. As instituições acadêmicas, cientistas, estudantes, professores e intelectuais não assistiram passivamente ao avanço da marcha anti-intelectualista. Campanhas de redes acadêmicas e científicas também procuravam se contrapor a cada onda de ataques às universidades e ao mundo acadêmico em geral. Embora nem sempre contando com a mesma força da ala bolsonarista, esse ativismo científico serviu como uma persistente barreira contra os ataques anti-intelectualistas desde pelo menos 2018.

Ao longo desse período, essas redes ativaram diferentes estratégias e se apropriaram de diferentes oportunidades de mobilização. O primeiro exemplo de ativismo científico frente à onda anti-intelectualista pode ser visto nas eleições de 2018. Naquele ano, entre os meses de agosto e outubro, período da corrida eleitoral, a difusão programada de *fake news* atingiu grandes proporções no país, especialmente no *Twitter*, tendo, no segundo turno, se alastrado pelo *WhatsApp* (RUEDIGER, 2019) preponderantemente em grupos pró-Bolsonaro (GOMES & DOURADO, 2019). Concomitantemente à campanha de desinformação, os embates anti-intelectualistas ganharam forte expressão quando vários *campi* universitários foram alvo de operações da Justiça Eleitoral, sob alegação de “propaganda eleitoral irregular”<sup>37</sup>, posteriormente consideradas inconstitucionais. Já no que tange àquela enxurrada de desinformação que fez de 2018 uma eleição *sui generis*, as coisas não acabaram ali. Em uma sorte de tática contrainformacional, um grupo de cientistas sociais, economistas e jornalistas arregaçou as mangas e formou, durante a própria corrida eleitoral, o chamado “Brasil em Dados”. Esse grupo fez as vezes de ativistas: reuniu um conjunto de capacidades e recursos político-cognitivos para atuar publicamente; seu slogan, “Menos *fake news*, mais *real data*”, já disse a que vinha ou ao menos a que se propunha.

Em 2019, com os cortes de 30% no orçamento das universidades públicas e institutos federais, eufemisticamente apelidados de contingenciamentos, o ataque às universidades passou a ser frontal. Após o anúncio dos cortes, movimentos estudantis, professores, entidades científicas e acadêmicas mobilizaram o Dia Nacional de Greve na Educação. A mobilização foi maciça. Houve registros de protestos em 200 cidades em todo o Brasil. Apesar de

---

37 Momento emblemático desses episódios – e que remete àquela associação entre anti-intelectualismo e fascismo – esteve na retirada à força de uma bandeira do movimento estudantil que dizia “Direito UFF Antifascista”.





pacíficos, Bolsonaro aproveitou a ocasião para qualificar os manifestantes de “idiotas úteis” e “imbecis”.<sup>38</sup> Com o bloqueio das verbas chegando a quase 2 bilhões de reais, a situação poderia representar uma calamidade geral para o campo acadêmico e científico. A reação não veio só das ruas: seis ex-ministros da Educação de diferentes governos (de 1991 a 2016) lançaram um manifesto contra os cortes na pasta e a perseguição instaurada no interior das universidades. As redes transnacionais de apoio à comunidade científica também não ficaram de braços cruzados: mais de mil pesquisadores em Harvard, Princeton, Sorbonne e outras universidades de peso no cenário internacional assinaram uma carta repudiando os cortes na educação.

Ainda em 2019, o Future-se também foi alvo de resistências da comunidade científica – haja fôlego para tanto ataque. Parte das IFES prontamente respondeu ao Future-se, instalando arenas de debate e crítica. Note-se, porém, que houve ao menos uma adesão ao projeto, tal como foi o caso da reitoria da UFSCAR<sup>39</sup>. Já no rol das resistências, duas iniciativas destacam-se: UFBA e UFABC. No primeiro caso, tratou-se de extenso dossiê liderado e publicado pelo “Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades”<sup>40</sup>. No segundo caso, foi organizado o seminário “Future-se? A universidade pública brasileira entre impasses e promessas”, cujos resultados foram publicados em título homônimo (cf. XIMENES & CÁSSIO, 2019). Em seu conjunto, os debates e textos sintetizados nessa obra questionam um a um os aspectos da proposta do governo, destacando as ameaças nele implicadas relativamente não só ao financiamento público das IFES, mas à sua autonomia didática, científica e administrativa.

Com a chegada da COVID-19 em 2020, esse cenário se complicou. As estratégias de intervenção nas universidades foram contrapostas a um repertório do ativismo científico que incluía o protesto de rua e a *advocacy* pública, visando chamar a atenção da opinião pública contra os desvarios instrumentalistas e antielitistas de Bolsonaro e sua trupe. Com a doença em solo nacional, veio junto um festival de desinformação e um gerenciamento acéfalo da crise. O repertório de ativismo científico passou também a incorporar outras estratégias para combater o descaso com a doença. A crise pandêmica fez,

38 Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml>>.

39 E, mesmo neste caso, houve a tomada pública de posição num “Manifesto à comunidade da UFSCAR”, assinado por seus “Ex-reitores”. Ver UFBA (2019, p. 250). Para a adesão da UFSCAR, ver: <<https://www2.ufscar.br/noticia?codigo=11854>>.

40 Ver UFBA (2019).





porém, mais que servir de oportunidade aos negacionismos no governo e na sociedade: disparou também a mobilização do ativismo científico brasileiro. Nesse repertório, é possível elencar as estratégias de combate ao negacionismo, como a criação de novas organizações, a construção de projetos de pesquisas voltados para o entendimento da epidemia no Brasil, a difusão de informação para combate à doença e a criação de redes de suporte e tratamento alternativo a populações de risco. Ainda no começo da pandemia, frente a ausência de um plano nacional para lidar com a doença, uma coalizão entre a Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e 40 entidades científicas lançou a Plataforma Emergencial para Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus e da Crise Brasileira<sup>41</sup>.

O surto associativo entre cientistas e instituições de pesquisa tem sido tal que não teríamos como, nesse espaço, dar conta das nuances do tecido organizacional científico criado em 2020. Para citar apenas algumas iniciativas, dentre outras foram formadas: Rede de Pesquisa Solidária; Rede Covida; *Info Tracker*; Rede Covid Humanidades; Gênero e COVID-19; e União Pró-vacina<sup>42</sup>. Enquanto a maior parte delas está direcionada à produção de conhecimento específico relativo aos impactos da coronavírus, outra parte mira a difusão e a comunicação adequadas desse conhecimento. Em todos os casos, se trata de articulações que aglutinam dois ou mais dos seguintes entes: IFES, institutos de pesquisa, instituições internacionais, iniciativa privada e agências estaduais de fomento. Além disso, essas formas acadêmicas de consociação se inserem no bojo do conflito federativo e tomam não o governo federal, mas os poderes municipais e estaduais como seus principais interlocutores. Todo esse arsenal científico se orienta com a finalidade de produzir dados qualificados, de modo a fornecer informação e elaborar indicadores e estatísticas capazes de identificar o que pode ser melhorado nas respostas à crise. No caso da União Pró-vacina, por exemplo, a mobilização científica acompanha o conflito ao redor das evidências científicas, situando-se no polo de combate aos negacionismos e visando unir pesquisa, poder público, institutos e órgãos da sociedade civil para combater a desinformação sobre vacinas.

41 Disponível em: <<http://apub.org.br/apubnaquarentena/movimentos-sociais-lancam-plano-emergencial-para-enfrentamento-da-crise-e-do-covid-19/>>.

42 Disponível em: <[redepesquisasolidaria.org/](http://redepesquisasolidaria.org/)>; <[redecovida.org/](http://redecovida.org/)>; <<https://www.spcovid.net.br/>>; <<https://covid19communicationnetwork.org/covid19resource/gender=-covid19-/?lang-pt>>; <[www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br/](http://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php/br/)>; <[sites.usp.br/iearp/uniao-pro-vacina/](http://sites.usp.br/iearp/uniao-pro-vacina/)>.





Outro exemplo de grupos de trabalho que procuraram rebater a desinformação sobre a pandemia no Brasil foi o Epicovid-19, coordenado por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Ainda em março de 2020, a gestão do Ministério da Saúde, sob o comando de Luiz Henrique Mandetta, decidiu financiar o projeto da Epicovid-19 para compreender melhor os determinantes de propagação da doença. Entre maio e junho de 2020, a Epicovid-19 testou 100 mil brasileiros e foi capaz de produzir relatórios técnicos, subsidiando as entidades de saúde acerca da natureza do contágio da doença. Não bastou muito tempo para que os resultados incomodassem o Ministério da Saúde, que acabou cortando o financiamento do projeto. Poucas semanas depois o projeto teve financiamento de outras instituições e conseguiu seguir adiante graças à ativação dessas redes de apoio.

Se as “redes” de pesquisa e difusão de conhecimento parecem ter sido o repertório privilegiado de organização das e dos cientistas, houve também outras estratégias e formas de mobilização, não necessariamente acadêmicas, de resistência à pandemia e à desinformação. Tais iniciativas não estiveram, contudo, desligadas da interlocução direta quer com universidades e institutos de pesquisa, quer com os poderes públicos. Esse foi o caso das campanhas “Vacina para todas” e “Todos pelas vacinas”<sup>43</sup>. Em outro âmbito de nossa ecologia tecnológico-científica – sem deixar de mencionar Fiocruz, Instituto Butantã e várias outras IFES, em sua luta em prol da fabricação de uma vacina –, tem havido igualmente a atuação das associações científicas, em geral aglutinadas e lideradas pela Academia Brasileira de Ciências e pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, cujos esforços incluem iniciativas de *lobby* junto a partidos de oposição e ao Congresso, bem como campanhas contra a desinformação e pelo direito à vacinação.

A despeito das dimensões catastróficas assumidas pela crise político-sanitária em que colocou o país, a sanha do Presidente não se restringiu ao negacionismo nem cessou seu anti-intelectualismo. Até outubro de 2020, houve quase duas dezenas de intervenções em institutos e universidades federais, por meio da nomeação de reitores não eleitos em primeiro lugar pelas suas respectivas comunidades. E mais: utilizando a crise pandêmica como uma espécie de exceção, Bolsonaro chegou a redigir uma medida provisória na qual dava ao Ministro da Educação poderes para a indicação de reitores “temporários”.

---

43 Disponível em: <[www.vacinaparatodas.redesolidaria.org.br/#block-34703](http://www.vacinaparatodas.redesolidaria.org.br/#block-34703)>; <<https://www.todospelasvacinas.info/>>.





Apesar de ter sido eventualmente contestada pelo STF<sup>44</sup>, essa iniciativa se situava, na verdade, ao lado de empreitadas análogas no campo educacional, dentre as quais se destacam não só a chegada de um novo Ministro da Educação cuja visão de mundo é quiçá ainda mais reacionária que a de Weintraub<sup>45</sup>, mas, sobretudo, a indicação de representantes ideológicos do olavismo para o Conselho Nacional de Educação<sup>46</sup>.

Mais que uma linha de continuidade em relação a ataques às denúncias acadêmicas do golpe de 2016<sup>47</sup>, parece que a artilharia anti-intelectualista bolsonarista significa uma inflexão, ampliando e aprofundando o ritmo e o tom daqueles ataques, de maneira a encontrar na pandemia uma oportunidade ímpar para disseminar sua aversão a faculdades e saberes reflexivos. Nesse compasso de aprofundamento, os efeitos regressivos da política instrumentalista passaram, entre 2020 e 2021, de fora para dentro das universidades: além da intervenção nas listas tríplices, as estratégias de intimidação se infiltraram em algumas IFES, nas quais foram abertos processos, chamados de “administrativos”, contra discentes e docentes publicamente posicionados em oposição e crítica ao negacionismo do Presidente e às decisões do MEC.

## Conclusão

Como se vê, as ciências, seus sentidos e alcances, seus protagonistas e funções entraram no âmago da nossa agenda de debate sem data para sair. O conjunto de cenas, ofensas e defesas aqui descritas nos permite chegar a uma conclusão política e a suas implicações analíticas para uma agenda sobre anti-intelectualismo no Brasil. Nessa lógica, o anticomunismo, arma já conhecida nos ataques à universidade, é complementado pelo aspecto moral, típico de cruzadas como o Escola Sem Partido. No entanto, a postura moralista e a política instrumentalista do bolsonarismo devem ser também entendidas como um recurso político cujos efeitos – eleitorais e simbólicos – repercutem nas bases às quais se dirigem; quer dizer, o anti-intelectualismo é uma arma muito

44 Disponível em: <[g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/09/fachin-vota-para-que-escolha-de-reitores-de-universidades-federais-siga-criterios-previstos-em-lei.ghtml](http://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/09/fachin-vota-para-que-escolha-de-reitores-de-universidades-federais-siga-criterios-previstos-em-lei.ghtml)>.

45 Disponível em: <[jovempan.com.br/noticias/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-sem-deus-jovens-se-tornam-zumbis-existenciais.html](http://jovempan.com.br/noticias/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-sem-deus-jovens-se-tornam-zumbis-existenciais.html)>.

46 Disponível em: <[www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/10/interna\\_politica,8712\\_35/bolsonaro-nomeia-7-indicados-de-weintraub-ao-conselho-nacional-de-educ.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/10/interna_politica,8712_35/bolsonaro-nomeia-7-indicados-de-weintraub-ao-conselho-nacional-de-educ.shtml)>.

47 Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/educacao/conselho-universitario-da-unb-condena-perseguiacao-curso-que-fala-em-golpe/](http://www.cartacapital.com.br/educacao/conselho-universitario-da-unb-condena-perseguiacao-curso-que-fala-em-golpe/)>.





pouco custosa e relativamente eficaz no arsenal disponível a Bolsonaro. Ao atacar a universidade e hiperpolitizar os avanços e achados de instituições científicas ou negá-los, ele faz mais que acenar para suas bases: ele as atíça e mobiliza.

Nesses termos, seu negacionismo não tem nada de irracional. Ele parece ser, antes de tudo, um conjunto de estratégias de autoapresentação do bolsonarismo e de galvanização de uma base. Se no plano institucional o Presidente tem acenado para o chamado “centrão”, já no plano da opinião pública é imprescindível a manutenção de sua fachada performática de conexão direta com o “povo” – discursivamente mobilizado em oposição a uma imaginária e “elitista” universidade que estaria “contra o Brasil”. De qualquer modo, os ataques à universidade não se reduzem à função de recurso político-eleitoral perante as bases bolsonaristas: tais ataques parecem igualmente reforçar e compor um projeto maior de privatização do ensino superior. Há, portanto, uma dimensão moralista implícita no instrumentalismo propalado pelo campo bolsonarista. Para o anti-intelectualismo vigente, as universidades não serviriam à “educação cívica” e aos bons costumes e, portanto, não poderiam ser instrumentalizadas como espaços de inculcação moral. Daí então o caráter bifronte das ofensas anti-intelectualistas que nos desqualificam duplamente como “balbúrdia”: não só como “antro” alegadamente “imoral”, mas também como instituições que “gastam demais” sem supostamente dar “retornos práticos” à sociedade brasileira.

Essa dimensão política do anti-intelectualismo carrega implicações analíticas. A nosso ver, é fundamental hoje uma agenda centrada nas estratégias pelas quais políticos e grupos na sociedade civil atacam as ciências, recrutando toda sorte de mediadores intelectuais – jornalistas, *influencers* de toda espécie e mesmo cientistas – contrários a instituições de pesquisa. Se não é qualquer ciência que está atualmente sob ataque, interessa perguntar também pelas razões que fazem de alguns saberes e objetos mais (ou menos) vulneráveis que outros. Contando com um quadro totalmente distinto de fontes empíricas disponíveis, a pesquisa norte-americana *up to date* tem chegado a ricos resultados quanto às relações entre partidarismo, intelectualismo e anti-intelectualismo (BARKER *et al.* 2021). Uma agenda brasileira do anti-intelectualismo precisaria, dentre outras tarefas, dar conta do desafio de produzir e reunir dados sistemáticos que, para além dos projetos contrários à universidade pública, retratassem a adesão a valores e programas anti-intelectualistas na opinião pública, sem perder de vista os eventuais perigos por eles trazidos para nossa já degradada democracia. Nesse sentido, outro flanco de interesse na análise do anti-intelectualismo seria na sua detecção ao longo de parcelas mais amplas da sociedade, de modo a investigar suas raízes históricas ali mesmo onde poderia soar





contraintuitivo procurá-lo: nas críticas advindas de parcelas progressistas da própria universidade dirigidas contra um certo “elitismo acadêmico” que, pela via dos efeitos não antecipados de uma ação que inicialmente não se pretendia oposta ao pensamento crítico nem à autonomia universitária, podem ter inspirado projetos anti-intelectualistas<sup>48</sup>. Essas são algumas das pistas e ideias a serem aprofundadas e delineadas por outras investigações.

No reverso da moeda, a aproximação junto aos estudos sociais da ciência nos permitiu observar diferentes repertórios, aliados e alcances do ativismo mobilizado ao redor dos conflitos pelos sentidos da ciência. Neste sentido, nossa proposta foi inverter a pergunta sobre o papel dos movimentos sociais na construção de conhecimento, para indagar como agentes e instituições de produção de conhecimento se mobilizam fazendo às vezes de movimento social. E eles o fazem de várias formas: *via* sindicatos, protestos, livros, eventos, redes e consórcios de pesquisa. Somada a essa questão, a chave do anti-intelectualismo, *à la* Hofstadter, deu orientação criativa à observação da cronologia dos ataques à universidade e às ciências, bem como das respostas acadêmicas a eles. Menos que deixar respostas, sugerimos duas questões que podem inspirar uma agenda de pesquisa sobre o ativismo científico no país: como e por meio de quais repertórios as e os docentes têm se organizado, para além da crise pandêmica, no sentido de atuar e intervir publicamente? E, ainda, como a transformação no regime político mais amplamente afeta essa forma de ativismo? As respostas a essas questões podem ser inúmeras, mas elas já encontram na história intelectual das Ciências Sociais algumas pistas de como as e os intérpretes de movimentos sociais se organizaram na última transição democrática no Brasil (*cf.* SZWAKO & ARAUJO, 2019).

Depois de descrever, mesmo se em grandes linhas, a capacidade e o alcance da produção tecnológico-científica de nossa comunidade, e de mostrar seus efeitos públicos e publicamente orientados para a defesa e ampliação de direitos, parece-nos quase desnecessário responder à acusação de “balbúrdia”. Um caminho alternativo e igualmente válido pode estar na subversão desse termo, tal como um grupo de estudantes da USP fez, em resposta àquele ataque, ao criar a Revista Balbúrdia. Dentre seus objetivos, é possível ver um dos nossos maiores desafios contemporâneos: “a Balbúrdia é uma iniciativa que visa aproximar as comunidades interna e externas à universidade, tendo como meta a democratização e popularização do conhecimento científico”<sup>49</sup>. Esse é, porém, apenas um dos vários caminhos pelos quais faremos frente ao

48 Agradecemos a Marcelo K. Silva e Ligia Lüchmann por esse adendo.

49 Disponível em: <<https://sites.usp.br/revistabalburdia/>>.





anti-intelectualismo e ao negacionismo que, no ritmo da inflexão bolsonarista, têm assumido cada vez mais e cada vez mais rápido a forma de uma “polícia política”, no preciso termo de Weber (1973), contra aqueles que são, hoje<sup>50</sup>, retratados, detratados e perseguidos como uma suposta fonte de “perigo para o Estado”.

---

50 Disponível em: <<https://apublica.org/2021/03/vou-continuar-emitindo-sempre-minha-opinioao-cientifica-diz-professor-processado-pela-cgu/>>.

